

## Limites lógicos da tese do capitalismo cognitivo

Iderley Colombini<sup>1</sup>

### Resumo

Esse artigo analisa criticamente as teses da abordagem do 'capitalismo cognitivo', com a intenção de discutir e analisar as consequências das novas formas de trabalho baseadas no conhecimento. Através da noção de trabalho cognitivo, os autores e autoras analisados, defendem uma suposta ruptura da relação de valor/trabalho com uma maior tendência de rentismo nas formas atuais do capitalismo. Contudo, apesar da intenção de constituírem um referencial de maior rigor teórico, os vários estudos dentro da tese do capitalismo cognitivo partem de uma má compreensão da teoria do valor trabalho e da noção de trabalho abstrato em Marx, o que implica em uma série de interpretações errôneas sobre os processos sociais concretos atuais. Dessa forma, o artigo tem como objetivo analisar criticamente os argumentos teóricos da tese do 'capitalismo cognitivo' para reinterpretar as implicações das formas atuais de trabalho no capitalismo.

**Palavras chaves:** trabalho, capitalismo cognitivo, marxismo, trabalho abstrato, subsunção real.

### Abstract

This article critically analyzes the theses of the 'cognitive capitalism' approach, with the intention of discussing and analyzing the consequences of new forms of knowledge-based work. Through the notion of cognitive work, the authors defended a supposed rupture of the value/work relationship with a greater tendency of rentism in the current forms of capitalism. However, despite the intention of constituting a reference of high theoretical rigor, the various studies within the thesis of cognitive capitalism start from a misunderstanding of the labor theory of value and the notion of abstract labor in Marx, which implies a series of confusions about current concrete social processes. In this way, the article aims to critically analyze the theoretical arguments of the 'cognitive capitalism' thesis to reinterpret the implications of current forms of work in capitalism.

**Key words:** work, cognitive capitalism, marxism, abstract labor, real subsumption.

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), e-mail: ilderley.colombini@ie.ufrj.br

## **Introdução**

As transformações do mundo do trabalho se tornaram um dos grandes temas atuais, indo dos artigos acadêmicos e extremamente teóricos até as conversas cotidianas mais banais. Grande parte desse interesse se deve à implantação de novas tecnologias tanto em novas rodadas de automação quanto na criação de redes e plataformas digitais capazes de realocar as funções de trabalho na sociedade capitalista. Muitas teorias e estudos ficam presos nessas incorporações tecnológicas individuais, transformando a parte no todo e caindo em reducionismos, seja do potencial de vigilância (Zuboff, 2021) ou de novos monopólios (Durand, 2020), sem um maior rigor teórico capaz de entender esses processos dentro de um momento histórico da dinâmica social capitalista.

A teoria do 'capitalismo cognitivo' (Chicchi, 2020; Giuliani et. All, 2019; Boutang, 2011; Fumagalli, 2010; Vercellone, 2013) possui a intenção de construir uma nova leitura sobre a formação de um novo momento histórico no capitalismo, que teria como eixo estrutural a passagem para uma nova forma social de trabalho, saindo de uma dicotomia da subsunção do trabalho na grande indústria para um trabalho denominado de cognitivo. Dessa forma, conseguem estabelecer importantes reflexões sobre as formas concretas do capitalismo atual. Contudo, apesar da intenção de partir de um maior rigor teórico, os vários estudos dentro da tese do capitalismo cognitivo partem de uma má compreensão da teoria do valor trabalho e da noção de trabalho abstrato em Marx, o que implica em uma série de confusões sobre os processos sociais concretos analisados. O objetivo desse artigo é recolocar os argumentos da teoria do valor trabalho de Marx a partir da tese do 'capitalismo cognitivo' para reinterpretar as formas concretas atuais do trabalho no capitalismo.

Essa abordagem que parte da noção do 'trabalho cognitivo' possui uma grande influência das teorias e discussões sobre o trabalho imaterial, principalmente dos trabalhos de Negri (1992) e Gorz (2003). Entretanto, os autores da tese do capitalismo cognitivo buscam realizar uma discussão teórica mais sólida dentro do debate marxista, recolocando a discussão da teoria do valor e da subsunção do trabalho ao capital nas formas concretas atuais do capitalismo. Dessa forma, conceituam o capitalismo cognitivo como a emergência de um "sistema histórico de acumulação" em que as dimensões cognitivas e intelectuais do trabalho teriam se tornado dominantes e a esfera central de valorização do capital se tornaria unicamente relacionada com a transformação do conhecimento em uma mercadoria fictícia (Giuliani e Vercellone, 2019).

As transformações recentes do trabalho não são compreendidas dentro dessa abordagem como o aumento de uma atividade específica ou o uso de alguma nova tecnologia particular, pelo contrário, o enfoque dá centralidade para um suposto novo predomínio cognitivo do trabalho, que perpassaria por toda a produção (tanto material quanto imaterial). O centro da análise estaria em uma suposta ‘nova natureza do trabalho’ com predominância do conhecimento, marcada por uma superação das antigas formas de trabalho material baseadas na separação do trabalho intelectual pela incorporação do conhecimento no capital fixo. Mesmo nas produções com alta composição orgânica, em que os trabalhadores são designados a controlar e supervisionar tecnologias complexas, haveria um domínio do trabalho baseado em conhecimento

O predomínio do conhecimento nas formas atuais de trabalho levaria, dentro da tese do capitalismo cognitivo, à uma série de implicações para a dinâmica capitalista atual, com alteração das fontes de valor e das formas de propriedade que a sustentam, o que por sua vez, implicaria em novas contradições sociais. O aprofundamento do trabalho cognitivo levaria a profundas alterações no cerne do capitalismo, tendo para esses autores um movimento disruptivo em relação a mensuração do valor e a subsunção do trabalho ao capital.

Devido à maior importância do conhecimento na produção atual, o tempo de trabalho perderia sua centralidade para mensuração do valor, dado que parte significativa da produção seria realizada em outros momentos não diretos, como na própria obtenção de conhecimento ou nas relações interpessoais que constituem os processos de trabalho atuais. Essa crise de mensuração seria ainda acompanhada por uma crise das formas de controle do capital, dada a suposta inoperabilidade da subsunção real frente ao trabalho cognitivo. Dado que o conhecimento do trabalhador passaria a ser chave para a produção, a separação e controle do trabalho intelectual através do capital fixo seria desfeito, rompendo com o processo de subsunção real descrito por Marx. Essas duas rupturas (mensurabilidade do valor e subsunção real) estariam na raiz do que a tese do trabalho cognitivo aponta como a crise atual do capitalismo, sendo responsáveis pelas várias alterações nas relações sociais atuais.

Dentro do quadro atual de transformações do capitalismo é importante o esforço para compreender como se constituem novos momentos históricos concretos no capitalismo, com profundas implicações para as lutas de classe e a vida cotidiana dos trabalhadores. Contudo é necessário um grande cuidado ao delimitar essas transformações enquanto formas concretas dentro das relações capitalistas, não caindo

em fetichização que partem da aparência dos processos sociais, as quais acabam por apagar os conteúdos reais de produção de mais valor e as formas de controle do capital sobre o trabalhador. É exatamente nessa inversão de forma e conteúdo entre a aparência das formas sociais e a produção de mais valor que fica evidente os limites da tese do capitalismo cognitivo.

Dessa forma, nesse trabalho busca-se compreender os equívocos teóricos dentro das teses do capitalismo cognitivo, principalmente no que concerne às concepções de trabalho abstrato e subsunção real em Marx, para poder reavaliar as implicações das transformações das formas atuais do trabalho concreto. Na próxima seção será analisada criticamente a concepção de trabalho abstrato na abordagem do capitalismo cognitivo, identificando seus erros e implicações. Em seguida, busca-se entender como essa concepção equivocada implica na falsa aparência de um capitalismo puramente rentista. Por fim, na última seção, são apresentados alguns elementos conclusivos.

### **Trabalho cognitivo e trabalho abstrato**

Os principais trabalhos dentro da tese do capitalismo cognitivo praticamente assumem como um dado às transformações do trabalho no sentido de uma centralidade da esfera do conhecimento para a organização produtiva. No entanto, esse conhecimento não seria apenas explícito ou objetivo, mas sim relacional, uma vez que abrangeria a dinâmica de um conhecimento subjetivo profundamente enraizado na ação e no compromisso com um contexto específico (Fumagalli, 2010). Dessa forma, as empresas não estariam interessadas apenas no conhecimento explícito, mas também e mais importante no conhecimento subjetivo (tácito), nas opiniões, na rede de relações e em tudo o que se relaciona com a "motivação" do trabalhador.

Essa nova forma organizacional da produção em torno do conhecimento, representaria uma nova fase do capitalismo, em substituição da fase denominada como capitalismo industrial (Vercellone, 2007). Essa fase 'fordista' anterior é caracterizada no nível produtivo pela centralidade da serialidade, normalização, especialização da mão-de-obra em tarefas específicas com a separação do controle da ação do trabalhador para os engenheiros e administradores, sendo essa separação corporificada nas máquinas. A nova organização produtiva, ao invés da centralidade da separação dos comandos das atividades pelos trabalhadores, teria como base os seus conhecimentos, assim como um maior número de atividades imateriais, seja de cunho digital ou relacional. Essa concepção do trabalho cognitivo possui forte referência com as teses de Gorz (2003) e

Negri (1992), sobre o trabalho imaterial<sup>2</sup>, contudo, eles expandem esse conceito, assim como o debate teórico, para as noções da própria organização do trabalho e do modo de acumulação.

A transformação no trabalho e na estrutura produtiva, dentro da tese do capitalismo cognitivo, é dada como uma certeza pelos autores e autoras, sem muitas contestações ou elocubrações. O interesse maior desses estudos é entender os impactos na dinâmica de acumulação e de produção de mais valor dada por essas transformações na organização do trabalho. Contudo, essa própria constatação de alteração na estrutura produtiva e organizacional do trabalho deveria ser mais aprofundada, dado que esse processo de mudança está longe de ser absoluto. Como enfatiza Ursula Huws (2014 e 2019), a proliferação de novas formas de trabalho e de produção com um maior viés de imaterialidade e de conhecimento geram também toda uma nova rede de trabalhos materiais. O crescimento (ou até mesmo a centralidade) dos trabalhos cognitivos não desaparecem com as velhas formas de trabalho e de organização, pelo contrário, justamente a imposição de uma ampla gama produtiva diversificada e descentralizada se constitui como a base da produção mundial dentro das cadeias globais de valor<sup>3</sup>.

Um debate mais aprofundado sobre a diversidade da estrutura produtiva atual é desconsiderado dentro da abordagem analisada, tendo como objetivo a construção de um modelo analítico bastante dual entre uma fase de acumulação denominada como industrial para a fase atual dita cognitiva. Essa própria dualidade de modelos de acumulação tem como objetivo um dos focos principais da tese do capitalismo cognitivo: a suposta inoperância do tempo de trabalho socialmente necessário como conteúdo do valor (Dughera e Vercellone, 2019). A teoria do capitalismo cognitivo parte da noção que devido a centralidade do conhecimento para novas formas do trabalho e da organização produtiva, “the law of value/labour time loses its pertinence if (...) using the norm of abstract unqualified labour” (Dughera e Vercellone, 2019, p. 47).

Os autores e autoras adeptos dessa abordagem teórica assumem que a noção de trabalho abstrato da teoria do valor de Marx é insuficiente para lidar com as novas formas de trabalho que possuem uma importância fundamental do conhecimento, o que impediria esse processo de abstração para a realização do valor como tempo de trabalho. Por isso

---

<sup>2</sup> Um ótimo estudo crítico sobre as teses de André Gorz e Antonio Negri a respeito do trabalho imaterial, alinhado com os argumentos desenvolvidos nesse artigo, pode ser visto em: Prado, 2005.

<sup>3</sup> Apesar da importância da compreensão de como a constituição dessa maior diversidade produtiva é um elemento constitutivo da produção de mais valor atual, esse tema foge do escopo proposto nesse trabalho. Para uma leitura mais aprofundada no tema ver: Huws (2014) e Milberg e Winkler (2013).

argumentam que “the traditional theory of labour value needs to be revised towards a new theory of value, in which the concept of labour is increasingly characterized by “knowledge” (Fumagalli, 2019, p. 80). Na forma atual do capitalismo o trabalho abstrato teria perdido seu sentido, “thus, what is exchanged in the labour market is no longer abstract labour (measurable in homogeneous working time), but rather subjectivity itself, in its experiential, relational, creative dimensions” (Fumagalli e Morini, 2010, 236).

O argumento principal para justificar a incapacidade da teoria do valor de Marx estaria na suposta incapacidade da realização da mensuração do tempo através do mecanismo de abstração contido no trabalho abstrato, uma vez que o conhecimento, o intelecto e as redes de relações sociais não seriam passíveis dessa abstração. Dentro dessa concepção, o trabalho abstrato só seria realizado na ‘indústria fordista’, já que “everything changes when work, as it becomes increasingly immaterial and cognitive, can no longer be reduced to a simple expenditure of energy carried out during a given time period” (Giuliani e Vercellone, 2019, p. 26). Dessa forma, a abordagem do capitalismo cognitivo é construída a partir de uma noção muito específica e problemática do trabalho abstrato, isto é, como simples gasto de energia durante um período determinado de tempo.

Apesar das consequências extremadas dessa abordagem deixar mais explícito os mal entendidos da sua concepção de trabalho abstrato em Marx, é preciso também ressaltar que essa noção errônea de abstração possui uma tradição bastante influente no marxismo, tendo inclusive raízes nos próprios trabalhos de Marx. Dentro do campo de estudos marxistas há um longo debate sobre o significado de ‘trabalho abstrato’ em Marx, sendo fundamental para o entendimento da dinâmica capitalista e por isso retomado aqui nesse trabalho com a intenção de limpar o terreno para o estudo das formas atuais de trabalho. As interpretações sobre o trabalho abstrato podem ser sintetizadas em três vertentes principais<sup>4</sup>: i) trabalho homogêneo; ii) trabalho fisiológico; e iii) trabalho humano como expressões equivalentes de valor.

A noção do trabalho abstrato como uma retirada das qualidades específicas do trabalho concreto na produção capitalista (tornando-se uma espécie de trabalho homogêneo realizado através das máquinas) não é uma exceção dessa abordagem cognitiva, pelo contrário, como veremos em seguida. Os autores da tese aqui analisada se

---

<sup>4</sup> Distinções similares dentro do debate sobre o conceito de trabalho abstrato podem ser encontradas em: Murray (2000), Arthur (2013) e Bonefeld (2014).

baseiam em grande parte no famoso ‘Fragmento sobre a maquinaria’<sup>5</sup> dos Grundrisse de Marx, em que é sustentada a noção de ‘intelecto geral’ e de perda da validade do valor como o predomínio dessa nova forma de trabalho intelectual.

à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (...) Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. (...) Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. (Marx, 2011, p. 941).

O debate sobre essas passagens do Grundrisse de Marx é bastante longo e polêmico, remontando ao ‘operarismo italiano’ e sua defesa enfática sobre a importância desses trechos dos Grundrisse para a compreensão dos avanços da ciência e da tecnologia na sociedade capitalista<sup>6</sup>. A grande maioria dessas leituras que defendem as teses do ‘intelecto geral’ como superiores a visão exposta por Marx no *Capital*, partem do mesmo equívoco sobre a concepção do trabalho abstrato, como argumentamos nesse artigo. Para a compreensão dessas interpretações, o próprio desenvolvimento teórico de Marx precisa ser considerado, assim como as diferenças existentes entre sua concepção nos Grundrisse e no *Capital*.

A distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato ainda não estava clara para Marx durante a elaboração dos Grundrisse (completado em 1858), o qual só acontecerá posteriormente quando rompe definitivamente com a teoria do valor de Ricardo (Heinrich, 2013). Como apresentou Michael Heinrich (2013), “the clear fixing of the distinction between abstract and concrete labour, with which Marx completely broke with Ricardo’s value-theory, occurred only in the Contribution to the Critique of Political

---

<sup>5</sup> Os Grundrisse, manuscritos escritos por Marx entre 1857 e 1858, foram publicados primeiramente em Moscou (1939-41), tendo algumas de suas partes mais difundidas no começo da década de 1960, como a passagem do ‘Fragmentos sobre a maquinaria’, que está contida na segunda seção (‘O processo de circulação do capital’) do terceiro capítulo (‘capítulo do capital’).

<sup>6</sup> Uma reconstrução das várias leituras sobre o ‘Fragmento sobre as máquinas’ nos Grundrisse pode ser vista em: Virno (1990) e Tomba e Bellofiore (2014).

Economy (1859)” (Heinrich, 2013, p. 203). Essa teoria ainda em definição de Marx<sup>7</sup> levou a uma má interpretação da própria noção de capital fixo, o considerando na esfera da circulação na seção dos “Fragmentos” dos Grundrisse, ao invés de considerar no processo de produção capitalista como faz posteriormente. No volume 1 do *Capital*, podemos encontrar uma auto-crítica implícita ao ‘Fragmento sobre a maquinaria’, uma vez que Marx apresenta a produção de mais-valor relativo através do aumento da incorporação de capital fixo de forma exatamente oposta ao que faz nos trechos citados dos Grundrisse.

Essa dificuldade para distinguir entre trabalho concreto e abstrato é explícita no trecho citado acima em que Marx vincula a disparidade do tempo de trabalho imediato com a mensuração do valor, entretanto como sabe-se do exposto no *Capital*, o tempo de trabalho imediato nunca foi, de qualquer forma, a medida de valor. A mensuração do valor acontece pelo trabalho abstrato, não na sua forma concreta como trabalho imediato, seja ele manual e sem qualidades específicas ou intelectual e baseado no conhecimento. A mensuração do valor advinda do trabalho humano não se dá na esfera concreta, seja ela fisiológica como gasto de energia<sup>8</sup> ou homogênea em trabalhos sequenciados e igualados pela maquinaria, mas sim em termos sociais de abstração.

Apesar de Marx ter superado essa ambiguidade entre trabalho concreto e abstrato nos seus trabalhos posteriores, dentro da tradição marxista os equívocos continuam bastante vívidos, não sendo restritos às teses do capitalismo cognitivo. Tanto as noções de trabalho fisiológicos (como em: Kicillof e Starosta, 2007) quanto de trabalho homogêneo (como em: De Angelis, 1995) ainda podem ser amplamente vistas dentro do debate marxista sobre teoria do valor e do trabalho abstrato. Entretanto, há uma outra vertente de leitura sobre a teoria do valor e da noção de trabalho abstrato em que esse é entendido como trabalho humano como expressões de equivalentes de valor, a qual destaca tanto a especificidade histórica do capitalismo com produtores de valor quanto do trabalho abstrato como categoria social (não fisiológica ou concreta). Um marco na virada da compreensão da noção de trabalho abstrato em Marx advém de Isaac Rubin

---

<sup>7</sup> A comparação entre os Grundrisse e o *Capital* de Marx no que tange a noção de trabalho abstrato também pode ser visto em Arthur (2013).

<sup>8</sup> A crítica sobre a concepção do trabalho abstrato como trabalho fisiológico remete as abordagens neo-ricardianas, que partem de um sentido a-histórico do trabalho como gasto de energia, não compreendendo a ruptura histórica da noção de abstração social existente no trabalho capitalista. Uma crítica à compreensão das abordagens neo-ricardianas sobre o trabalho abstrato pode ser vista em Bonefeld (2010).



(1972)<sup>9</sup>, o qual irá destacar justamente a importância de compreensão da abstração capitalista como algo puramente social.

A noção de trabalho abstrato não possui a ideia de um esforço homogêneo (genérico) na produção, como fazem os autores e autoras da tese do capitalismo cognitivo ao confundir um trabalho concreto específico (homogeneizado e generalizado) como trabalho abstrato. O ponto de partida da abstração do valor no capitalismo não é a produção individual (particular) como alguma substância genérica que passa a ser “incorporada” nas mercadorias. O valor só pode ser compreendido como uma categoria social, portanto, realizado socialmente através das trocas de mercadorias.

A produção individual não possui diretamente valor como um caráter social, apenas através do ato posterior das trocas que o seu valor é realizado, por isso um processo de abstração social, não mental ou fisiológico. O caráter concreto e particular dos diferentes trabalhos só podem ser equalizados através da noção de valor pelo processo de abstração social pelo mercado (Hofig, 2020). O trabalho contido na forma valor do capitalismo é uma abstração dada pela universalidade da mercadoria em sua forma social, logo sem possuir uma matéria concreta nessa sua abstração como valor. É exatamente esse caráter puramente social da abstração do trabalho enquanto valor, que irá fundamentar a teoria do valor de Marx no *Capital*, ressaltando a inversão posta por uma sociedade mediada pela relação de mercadorias.

“Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural. [...] Lembremo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua **objetividade de valor é puramente social, e por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias**” (Marx, 2013, p. 125, grifos nosso).

Rubin (1972) enfatiza de maneira correta que, quando Marx torna o trabalho abstrato dependente da troca, está se referindo a toda relação capitalista, como uma totalidade (produção e circulação) de uma relação social entre mercadorias, rompendo com essa falsa dicotomia. Em Marx, o trabalho abstrato é a substância de valor não porque

---

<sup>9</sup> A retomada dessa interpretação do trabalho abstrato na obra de Marx possui grandes créditos ao trabalho de Issak Rubin que, em plena década de 1920, na URSS sob o regime de Stalin, já bradava a importância da consideração do trabalho abstrato como algo puramente social, o que colocaria imposta a mudança do modo de produção (não uma simples inversão distributiva) para uma nova sociedade. “Uma de duas coisas é possível: se o trabalho abstrato é um gasto de energia humana em forma fisiológica, então valor também tem caráter reificado-material; ou valor é um fenômeno social, e então o trabalho abstrato também deve ser entendido como fenômeno social ligado a uma forma social determinada de produção. Não é possível conciliar um conceito fisiológico de trabalho abstrato e o caráter histórico do valor que ele cria” (Rubin, 1972, p. 135).

tem um "conteúdo útil particular", mas porque dura por um determinado período de tempo determinado socialmente. Na abstração social capitalista, o tempo de trabalho que é sempre concreto como atividade no tempo "surge como seu oposto - como um tempo abstrato que se funda em si mesmo e passa por si mesmo" (Bonefeld, 2014, p. 133). O tempo concreto do trabalho é suprasumido através da sua determinação social enquanto valor posto pelas trocas de mercadorias.

A realização do valor não ocorre, portanto, reduzido à uma mensuração de gastos concretos de músculos, cérebro e nervos. Em vez disso, é o tempo de trabalho socialmente necessário que é uma abstração social. O tempo de trabalho socialmente necessário que constitui valor não é apenas uma média "técnica", porque a "sociabilidade dos trabalhadores privados, e portanto a mesma magnitude a ser medida, é eventualmente fixada na troca de mercado" (Bellofiore, 2009, p. 185). Logo, o tempo de trabalho socialmente necessário que fundamenta o valor e sua mensuração é conhecido apenas expost, sendo realizado na abstração social do mercado capitalista. Esse tempo abstrato não individual também não é realizado apenas relativamente, mas a partir da totalidade social da troca das mercadorias através da sua realização monetária universalizada.

O trabalho contido na forma valor é uma abstração social dada a universalidade da mercadoria como fundamento da relação capitalista, o que implica na construção de um "tempo social" que manifesta uma abstração real. Logo, um tempo social que possui a conceitualidade do valor como a essência aparentemente auto-movente da riqueza social. No entanto, ao se estabelecer a unidade do tempo social como unidade do tempo do capital, o processo de trabalho passa a ser refletido como se fosse a sua unidade. Uma vez universalizada a inversão da relação capitalista através da abstração da relação entre mercadorias, o tempo abstrato do capital aparece como se fosse realmente o tempo concreto da produção. Exatamente essa inversão que Marx chama de fetiche, vista aqui da perspectiva do tempo de trabalho, em que "aparece que o trabalho material que sustenta a postura de valor é o trabalho em abstrato, ou seja, hipostasiado como tal" (Arthur, 2013, p. 117). Por ser o valor uma noção social abstrata que tem como necessidade ser gerado junto com o trabalho concreto, no mundo invertido das mercadorias se transpõe, como fetiche, a produção social idealizada do trabalho abstrato com o processo concreto particular de produção material.

As várias teses marxistas do trabalho abstrato como fisiológico ou homogêneo, como o caso claro da abordagem do capitalismo cognitivo, padecem exatamente dessa inversão, em que entendem o trabalho abstrato que fundamenta o valor como se fosse

alguma forma genérica de trabalho concreto. Uma vez que se entende o fundamento do valor a partir da abstração social real do capitalismo, não há nexos lógicos para afirmar que a intensificação do conhecimento no trabalho concreto irá criar uma crise de mensuração do valor. O tempo social do capital não é o tempo da produção concreta do trabalho cognitivo, pelo contrário, ele só pode ser obtido ex-post, realizado socialmente na relação de troca entre mercadorias.

A suposta imensurabilidade técnica do conhecimento trata do trabalho concreto privado, não da sua forma abstrata como valor. A tal subjetividade do trabalho cognitivo. Dizer que há uma crise de mensuração do valor com a disseminação e suposta centralidade do trabalho cognitivo não passa de uma inversão categorial, baseada na falsa compreensão fetichizada do tempo de produção imediato como tempo social do capital, ou em outros termos, do trabalho concreto imediato como medida do valor.

### **A falsa aparência do “rentismo feudal” no capitalismo do século XXI**

O fetiche do trabalho abstrato, entendido como trabalho concreto, leva a uma série de equívocos para os teóricos do capitalismo cognitivo sobre as novas formas de trabalho. Apesar das importantes contribuições feitas pelo grupo no que concerne a descrição dessas novas formas, as análises das suas implicações trazem grandes mistificações sobre a sociedade contemporânea. Devido ao estudo aprofundado das formas de trabalho e o grande esforço para sua teorização se torna possível através da análise crítica das teses do capitalismo cognitivo compreender os mecanismos de mistificação do capitalismo contemporâneo, os quais estão presentes em várias outras abordagens, mas de forma mais escondida ou não teorizada.

Um elemento de alicerce da teoria do capitalismo cognitivo está na afirmação de que o valor não é mais produzido pelo ‘trabalho abstrato’, entendido como o trabalho concreto mecanizado e homogêneo (como apresentado na seção anterior), pois a partir da crise do ‘fordismo’ dos anos de 1970 o valor passou a ser produzido através do trabalho baseado no conhecimento (Fumagalli, 2010; Boutang, 2011; Vercellone, 2013). Uma vez que esses autores e autoras partem dessa ruptura com a geração de valor, vários processos econômicos seriam transformados no capitalismo atual. Como exposto por Vercellone e Dughera, “the crisis of the theory of value/surplus value involving the simultaneous dissolution of those criteria on which the net distinction between profit and rent was founded.” (Vercellone e Dughera, 2019, p. 44). Uma das grandes conclusões dessa abordagem ‘cognitiva’, assim como de vários outros estudos sobre as formas atuais de

trabalho, está nessa suposição de que o capitalismo contemporâneo teria uma tendência de oposição (ou de imposição de barreiras) ao aumento de produtividade, se reproduzindo com base na renda em uma espécie de tecno feudalismo (Durand, 2020).

A falsa compreensão do trabalho abstrato como trabalho concreto homogêneo, leva à suposição de que o trabalho baseado no conhecimento não seria passível de passar por essa abstração, nas palavras dos autores e autoras, o trabalho cognitivo romperia com os processos de subsunção real do capitalismo (Fumagalli, 2019; Vercellone e Dughera, 2019). O processo de homogeneização do trabalho através das máquinas seria superado pelas novas formas baseadas no conhecimento, que romperia com os mecanismos de subsunção real e de controle do capital sobre a produção. No capitalismo contemporâneo o valor seria produzido pelas intrincadas redes de conhecimento, chamadas de ‘intelecto social geral’ com base nos Grundrisse de Marx. Esse valor produzido pelo intelecto geral não seria passível de controle, muito menos de subsunção real, dado que sua característica por excelência seria uma autonomia criativa e de auto aprendizado (Virno, 2004; Rullani, 2004).

O aumento da produtividade, capaz de gerar mais valor relativo, não estaria mais na subsunção real dada pelo controle do trabalho e imposição de um aumento do capital fixo. Agora, no capitalismo cognitivo, o aumento de produtividade ocorreria através da “troca de conhecimento e sua difusão, (...) que não depende de uma transferência tecnológica (ou seja, de um estoque físico de bens materiais), mas da amplitude dos fluxos relacionais que o processo imaterial aciona (Fumagalli, 2010, p. 118). Dentro dessa visão, o “trabalho cognitivo possui uma capacidade ‘genética’ de auto-organizar sua cooperação, tanto dentro da empresa quanto na sociedade como um todo” (Vercellone e Dughera, 2019, p. 47). A dinâmica produtiva passa a ser entendida a partir de uma tendência de autonomia do trabalho cognitivo, em que haveria um salto qualitativo na separação entre propriedade e gestão.

Os autores e as autoras da tese do capitalismo cognitivo entendem as funções reais ligadas à organização da produção e ao cumprimento das metas produtivas cada vez mais delegadas aos trabalhadores. As figuras do investidor ‘schumpeteriano’ e ‘weberiano’ que formariam a tecno-estrutura ‘galbraithiana’ de inovação e pesquisa seriam extinguidas no capitalismo contemporâneo. Em detrimento da queda do comando do capital na produção direta, teria um aumento vertiginoso da propriedade do capital fora do processo produtivo. O reflexo dessa exteriorização do capital na produção seria seu novo papel passivo, como marca do processo de transformação do lucro em renda na fase atual do capitalismo.

O papel do capital de controlar a produção através da subsunção real do trabalho, intervindo diretamente na inovação e no aumento da produtividade, seria substituído por um papel passivo e predatório, caracterizado como rendatário que intervém apenas ‘post-festum’. Essa nova posição do capital de “absorbing and capturing the autonomous creative force of the commons may be the most significant expression of the tendency towards the becoming-rent of profit, unveiling the vanishing role of capital in the production of knowledge and innovation.” (Vercellone e Dughera, 2019, p. 49). Essa intervenção passiva na produção direta e exterior do ponto de vista da propriedade levaria a uma tensão crescente entre a tentativa do capital de ‘expropriar’ mais valor sem participar diretamente da produção.

Dentro dessa concepção do capitalismo cognitivo, o processo de geração de mais valor relativo pela subsunção real seria substituído por um processo ‘predatório’ de captura das forças criativas e auto-cooperativas do conhecimento. O posicionamento da expropriação de mais valor externo à produção geraria uma tendência de queda da produtividade, em que prevaleceria um sistema de grandes oligopólios empresariais que prejudicariam o livre fluxo de conhecimento e, portanto, a geração de valor no capitalismo atual. O capitalismo cognitivo estaria dependente da transformação do conhecimento em mercadoria em que “só pode se reproduzir colocando obstáculos às condições objetivas e às capacidades criativas dos agentes que constituem a própria base do desenvolvimento de uma economia do conhecimento” (Vercellone e Dughera, 2019, p. 52). A extração de mais valor relativo não estaria mais ligada com o aumento de produtividade, ao contrário, esse novo estágio de ‘expropriação’ do capitalismo se basearia na criação de novas propriedades e patentes que se imporiam sobre o impulso autônomo e coletivo das redes de conhecimento.

Essa tese de um capitalismo rentista com uma lógica de geração de mais valor prejudicial ao aumento das inovações e da produtividade não é uma particularidade dos ‘intelectuais do capitalismo cognitivo’. Há uma ampla gama de estudos, com diferentes abordagens teóricas, que defendem essa visão predatória aos ganhos materiais do capitalismo atual. A imagem do tecno feudalismo, construída por Cedric Durand (2020), reflete bem essa visão generalizada de que os grandes oligopólios digitais e informacionais representariam uma regressão na direção dos mecanismos feudais de extração de excedente econômico. Baseado na ideia de um trabalho autônomo digital capturado pelos grandes monopólios, Durand argumenta que haveria uma “quebra na dinâmica competitiva e tendo àqueles que controlam os intangíveis uma capacidade

incomparável de se apropriar de valor sem realmente se comprometer com a produção. (...) O investimento já não é orientado para o desenvolvimento das forças de produção, mas sim das forças de predação” (Durand, 2020, p. 154).

As teses sobre o predomínio de um capitalismo rentista partem da suposição de que as novas formas de trabalho não estariam sobre o domínio da relação capitalista, ou seja, de que os trabalhos digitais, imateriais, de serviços e cognitivos teriam uma autonomia frente a relação de trabalho capitalista ditada pelo controle direto da homogeneização da grande indústria. Como apresentado na seção anterior, o trabalho capitalista não se limita às formas concretas da grande indústria. A singularidade do trabalho capitalista está na universalidade da sua alienação, sendo esta a separação do trabalhador dos meios de vida e dos seus produtos gerados, como base para o processo de abstração social das relações entre mercadorias. As patentes e propriedades intelectuais, não são formas externas de apropriação de valor, mas a constituição dos próprios mecanismos para a alienação do trabalho, tendo como ponto central a separação do trabalhador dos seus meios de vida e de produção.

As diferentes formas dos novos trabalhos concretos, como os imateriais, digitais, de serviços e cognitivos, não possuem nenhuma implicação necessária em quebrar essa alienação e abstração social capitalista. Entretanto, essas diferentes formas de trabalho concreto implicam em novas formas de subsunção real, ou seja, em novas formas de controle e geração de mais valor relativo. O processo de subsunção real não deve ser reduzido à ideia da homogeneização do trabalho pela grande indústria, como mostrou Marx no *Capital*, o conteúdo da subsunção real está na geração de mais valor relativo e não apenas nas suas formas concretas. Logo, o que fundamenta esse processo social é a geração de valor, portanto, baseado no trabalho abstrato, não no concreto. O elemento central da subsunção real está justamente em condicionar o trabalho concreto para a sua forma abstrata, seja qual for esse trabalho concreto, material ou imaterial.

A centralidade de novas formas de trabalho concreto implica justamente na necessidade de novos mecanismos de controle, tanto para a produção da mais valia relativa quanto para o próprio processo de abstração social através do mercado capitalista. Essas novas formas de controle não significam um padrão predatório e externo à produção e inovação, mas uma necessidade imposta pelas especificidades dessas novas formas concretas imateriais e cognitivas. As economias de rede gestadas pelas novas formas digitais e imateriais impõe a necessidade de formação de grandes monopólios, uma vez que elas apenas acontecem através da utilização difundida em larga escala.

A existência dessas economias de redes (digitais, imateriais, plataformas, etc.) necessitam da incorporação de um enorme contingente populacional, ou seja, em termos capitalistas elas necessitam de uma estrutura monopolista que permita a interligação do maior número de pessoas possíveis. Contudo, ao contrário de uma ‘quebra de dinâmica competitiva’, o que acontece é uma enorme exacerbação da competição em todos os elementos da vida cotidiana das pessoas através da potencialidade da sua mercantilização através dessas grandes redes sociais e digitais. Não apenas os elementos da vida cotidiana se tornam passíveis de mercantilização através dessas plataformas e redes, como a competição entre esses enormes monopólios digitais e empresariais é potencializada. A continuidade desses grandes monopólios, em intenso processo de competição dentro do enorme quadro social global, depende justamente da sua capacidade de inovação e da imposição de novas ferramentas de controle e subsunção sobre seus usuários e trabalhadores<sup>10</sup>.

A difusão das plataformas e algoritmos, englobando não apenas os aplicativos e redes sociais, mas também os programas de gestão de trabalho das grandes empresas, não apenas promove o controle característico da subsunção real, como a intensificação da competição que implica em maior inovação e produtividade. Dentro dessa subsunção real desse trabalho concreto imaterial, digital, de serviços e cognitivo, a subjetivação de um autocontrole do trabalhador se torna elemento central. Não por acaso tantos estudos sobre as novas formações do capitalismo contemporâneo apresentam essa nova configuração subjetiva do trabalhador (Han, 2015; Laval e Dardot, 2016; Chiapello e Boltanski, 2020), em que a condição de se moldar aos interesses da geração de mais valor partam do própria trabalhador, acreditando ser um investidor de si mesmo.

O condicionamento do trabalho concreto às necessidades da abstração para geração de mais valor passa a não depender mais apenas da homogeneização do trabalho pelas máquinas, agora possui como elemento central um introjeção no subjetivo do trabalhador dessa necessidade de se moldar aos interesse da geração de valor, a qual é reforçada pelo lado mais material dos algoritmos, plataformas e redes sociais. Essa nova relação da subsunção real com relação às novas formas de trabalho concreto imaterial, digital, de serviços e cognitivo, gera, por sua vez, uma falsa aparência de autonomia do

---

<sup>10</sup> A importante discussão sobre as diferentes formas e mecanismos de subsunção e exploração entre trabalhadores e usuários das plataformas e redes sociais foge do escopo desse artigo e deverá ser apresentado em um estudo posterior. Um estudo aprofundado dentro desse tema pode ser visto em Fuchs, 2016.

trabalhador. Contudo, essa autonomia não passa de uma aparência fetichizada, já que em realidade esse autocontrole do trabalhador, ao invés de maior independência, não passa de uma subsunção aos interesses de geração de mais valor.

A tese de uma tendência de uma sociedade de rentismo, não passa de um fetiche quanto a independência e autonomia das novas formas de trabalho. Diferentemente dos servos que tinham plenos direitos de utilização dos meios de produção durante o feudalismo, os trabalhadores atuais estão alienados da posse das redes, programas, sistemas e plataformas em que realizam a sua produção. O trabalho cognitivo, como visto na seção anterior, também gera mais valor através de suas formas abstratas socialmente no mercado capitalista, apesar de parecem independentes e autônomas, seja no mundo virtual (das plataformas e redes sociais) ou no corporativo das complexas redes e sistemas de relações de trabalho.

A má compreensão do que é trabalho abstrato, como visto na seção anterior, impede os autores e autoras analisados de compreenderem como esse trabalho baseado no conhecimento é uma forma de trabalho concreto, mesmo que imaterial, o que possibilita a sua subsunção real e valoração através dos mecanismos de abstração social do capitalismo. Dessa forma, todos os movimentos de criação de patentes, algoritmos, plataformas e redes sociais seriam mecanismos de subsunção real, que implicam tanto no controle desse trabalho cognitivo com aumento de produtividade e geração de mais valor relativo, quanto na própria subjetivação do trabalhador como um empresário de si mesmo, intensificando ainda mais o processo de fetichização e alienação.

## **Conclusão**

Nas seções anteriores, discutiu-se a partir de uma perspectiva crítica os principais elementos teóricos que sustentam as teses da abordagem do capitalismo cognitivo. Os vários autores e autores dentro dessa abordagem partem da noção da maior centralidade no capitalismo atual do trabalho baseado no conhecimento. Na visão dessa abordagem a centralidade dessas novas formas de trabalho causaria um grande ruptura com a lei do valor/trabalho e uma tendência à uma espécie de capitalismo rentista, em que haveria um novo papel muito mais predatório do capital ao invés de uma dinâmica de inovação e aumento de produtividade. Essa visão de crise do valor com um maior rentismo da sociedade atual não é algo exclusivo da abordagem do capitalismo cognitivo, como mostramos ao longo do artigo, há vários estudos com diferentes embasamentos teóricos nessa linha.



Na segunda seção do trabalho argumentou-se como essa tese da suposta crise do valor na fase atual do capitalismo se deve a uma má interpretação do trabalho abstrato. Os autores e autoras analisados partem da noção do trabalho abstrato como um trabalho homogêneo padronizado pelas máquinas e controle produtivo, por isso supõe que os trabalhos baseados no conhecimento não seriam passíveis de abstração. Contudo, a noção de trabalho abstrato como trazido por Marx, parte do caráter social da abstração, que se impõe através das relações de troca entre mercadorias. O valor portanto não advém de um trabalho concreto, mas da sua realização social de abstração capitalista. Por isso não há uma crise da relação de valor capital/trabalho, pois a forma concreta específica do trabalho baseado em conhecimento não impossibilita a formação de valor através da sua abstração social no mercado capitalista.

Essa interpretação errônea sobre noção do trabalho capitalista, que parte de uma impossibilidade entre trabalho concreto baseado no conhecimento e o trabalho abstrato, implica em uma suposta autonomia e independência das formas atuais de trabalho. Dessa forma, a produção de valor desse trabalho supostamente autônomo passaria a ser predado pelas relações predatórias do capitalismo. Contudo, como analisado ao longo do texto, essa suposta independência das formas contemporâneas do trabalho não passa de um processo de fetichização, em que se dá uma falsa autonomia para relações constituídas socialmente através de processos de alienação e exploração.

Os trabalhos baseados no conhecimento necessitam novas formas de subsunção real para que o capital exerça seu controle e produza mais valor relativo, contudo essas novas formas se colocam exatamente em uma oposição inversa de autonomia e independência. As novas formas de subsunção do trabalho capitalista se baseiam justamente na normatização e subjetivação do controle e da competitividade no trabalhador, implicando que ele próprio se molde às demandas da relação capitalista para a geração de mais valor relativo. Contudo, essas novas formas de normatização e subjetivação do trabalhador produzem a falsa aparência de sua autonomia e independência, o que implica no fetiche de entender as novas formações do capitalismo baseadas em um rentismo predatório próximo ao feudalismo.

## **Bibliografia**

ARTHUR, Chris. The practical truth of abstract labour. In: BELLOFIORE, Riccardo; STAROSTA, Guido; and THOMAS, Peter. *Marx's laboratory: critical interpretations of the Grundrisse*. Koninklijke Brill NV, Leiden, The Netherlands, 2013, pp. 101-120.

BELLOFIORE, Ricardo. A ghost turning into a vampire – the concept of capital and the living labour. In: BELLOFIORE, Riccardo; FINESCHI, Roberto. *Re-reading Marx: new perspectives after the critical edition*. Palgrave Macmillan, 2009, pp. 178-194.

BONEFELD, Werner. Abstract Labour: Against its Nature and on its Time. *Capital & Class*, 34, 2, 2010, pp. 257–76.

\_\_\_\_\_. *Critical Theory and the Critique of Political Economy*. Bloomsbury, Londres/Nova Iorque, 2014.

BOUTANG, Yann Moulier. *Cognitive Capitalism*. Cambridge, Polity Press, 2011.

CHIAPELLO, Eve; BOLTANSKI, Luc. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2020.

CHICCHI, Federico. Beyond the ‘salary institution’: on the ‘society of performance’ and the platformisation of the employment relationship. *Work Organisation, Labour & Globalisation*, Vol. 14, No. 1, 2020, pp. 15-31.

DE ANGELIS, Massimo. Beyond the Technological and the Social Paradigms: A Political Reading of Abstract Labour as the Substance of Value. *Capital & Class*, vol. 19, no. 3, 1995, pp. 107–34.

DURANT, Cedric. *Techo-féodalisme: Critique de l'économie numérique*. Paris, Zones, 2020.

GIULIANI, Alfonso; FUMAGALLI, Andrea; LUCARELLI, Stefano, VERCELLONE, Carlo. *Cognitive Capitalism, Welfare and Labour*. New York, Routledge, 2019.

GIULIANI, Alfonso; VERCELLONE, Carlo. An introduction to cognitive capitalism: a Marxist approach. In: FUMAGALLI, Andrea; GIULIANI, Alfonso; LUCARELLI, Stefano, VERCELLONE, Carlo. *Cognitive Capitalism, Welfare and Labour*. New York, Routledge, 2019, pp. 10-32.

FUCHS, Christian. *Reading Marx in the information age*. New York and London, Routledge, 2016.

FUMAGALLI, Andrea. New Form of exploitation in bio-cognitive capitalism: Towards lige subsumption. In: FUMAGALLI, Andrea; GIULIANI, Alfonso; LUCARELLI, Stefano, VERCELLONE, Carlo. *Cognitive Capitalism, Welfare and Labour*. New York, Routledge, 2019, pp. 77-94.

\_\_\_\_\_. *Bioeconomía y capitalismo cognitivo*. Villatuerta, Traficantes de Sueños, 2010.

FUMAGALLI, Andrea; MORINI, Cristina. Life put to work: towards a life theory of value. *Ephemera*, volume 10(3/4), 2010, pp. 234-252.

GORZ, André. *L'Immatériel: connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée, 2003.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis, Editora Vozes, 2015.

HEINRICH, Michael. The ‘Fragment on Machines’: A Marxian Misconception in the Grundrisse and its Overcoming in Capital. In: BELLOFIORE, Riccardo; STAROSTA, Guido e THOMAS, Peter. In: *Marx's laboratory - critical interpretations of the Grundrisse*. Leiden, Koninklijke Brill NV, 2013.

- HUWS, Ursula. *Labor in the Global Digital Economy*. The Cybertariat comes of age. New York, Monthly Review Press, 2014.
- KICILLOF, Alex; STAROSTA, Guido. On Materiality and Social Form: A Political Critique of Rubin's ValueForm Theory. *Historical Materialism*, 15, 3, 2007, pp. 9–43.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MILBERG, William; WINKLER, Deborah. *Outsourcing Economics: Global Value Chains in Capitalist Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- MORINI, Cristina. *Per amore o per forza*. Femminilizzazione del lavoro e biopolitiche del corpo. Verona, Ombre Corte, 2010.
- MURRAY, Patrick. Marx's 'Truly Social' Labour Theory of Value: Part I, Abstract Labour in Marxian Value Theory. *Historical Materialism*, 6, 200, pp. 27–65.
- NEGRI, A. Valeur-travail: crise et problèmes de reconstruction dans le post-moderne. *Futur Antérieur*, 10, 1992, p. 30–36.
- NEGRI, A. and C. VERCELLONE. Le Rapport capital-travail dans le capitalisme cognitive. *Multitudes*, 32(1), 2008, p. 39–50.
- PRADO, Eleutério. *Desmedida do valor – crítica da pós-grande indústria*. São Paulo, Xamã, 2005.
- RUBIN, Issak, *Essays on Marx's theory of value*. Tradução de Milos Samardzija e Fredy Perlman. Detroit: Black and Red, 1972.
- RULLANI, E. *Economia della conoscenza*. Carocci, Roma, 2004.
- SRNICEK, N. *Platform Capitalism*. Cambridge, Polity Press, 2017.
- TOMBA, Massimiliano; BELLOFIORE, Ricardo. The Fragment on Machines and the Grundrisse: the workerist reading in question. In: LINDEN, Marcel van der (ed.); ROTH, Karl Heinz (ed.), *Beyond Marx*. Theorising the global labour relations of the twenty-first century. Leiden, Brill, 2014.
- VERCELLONE, Carlo. From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism. *Historical Materialism*, 15, 2007.
- \_\_\_\_\_. The Becoming Rent of Profit? The New Articulation of Wage, Rent and Profit. *Knowledge Cultures*, 1(2), 2013, pp. 194–207.
- VERCELLONE, Carlo; DUGHERA, Stefano. Metamorphosis of the theory of value and becoming-rent of profit: an attempt to clarify the terms of a debate. In: FUMAGALLI, Andrea; GIULIANI, Alfonso; LUCARELLI, Stefano, VERCELLONE, Carlo. *Cognitive Capitalism, Welfare and Labour*. New York, Routledge, 2019, pp. 33-60.
- VIRNO, Paolo. Edizione semicritica di un classico Frammento. Citazioni di fronte al pericolo. *Luogo comune*, 1, 1990, pp. 9–13.

\_\_\_\_\_ *Gramática de la multitud*. Traficantes de Sueños, Madrid, 2004.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do Capitalismo de Vigilância*. Rio de Janeiro, Editoria Intrínseca, 2021.